

COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 791, DE 2019

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de paleontólogo e dá outras providências.

Autor: Deputado JOÃO ROMA

Relator: Deputado PROF. PAULO FERNANDO

I - RELATÓRIO

A presente proposição, de lavra do Dep. João Roma, objetiva, de forma precípua, “regulamentar a profissão de paleontólogo”. A minuta tem 15 artigos e pode ser assim resumida:

O art. 1º é mera descrição da proposição e o art. 15 prevê a cláusula de vigência imediata.

O capítulo é constituído apenas pelo art. 2º, cujo título é “DA PROFISSÃO DO PALEONTÓLOGO”. O referido artigo prevê que o exercício da profissão é privativo de pós-graduados por instituições reconhecidas e que comprovem pelo menos 2 anos de atividades; por diplomados em outros cursos superiores que comprovem 5 anos consecutivos ou 10 intercalados de exercício de atividades científicas do campo profissional da paleontologia, devidamente comprovadas; ou por quem comprove possuir cursos de especialização em paleontologia reconhecidos pelo Ministério da Educação com, pelo menos, três anos consecutivos de atividades científicas no campo profissional da paleontologia.

O Capítulo II, que não possui título, é composto apenas pelo art. 3º que prevê que os paleontólogos, sem prejuízo do exercício das mesmas



atividades por outros profissionais igualmente habilitados na forma da legislação específica, têm as seguintes “condições” (SIC):

- a) formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da Paleontologia ou a ela ligados, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos;
- b) orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do Poder Público, no âmbito de sua especialidade;
- c) realizar perícias e emitir e assinar laudos técnicos e pareceres de acordo com o currículo efetivamente realizado.

O capítulo III, intitulado “DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL”, é composto pelos arts. 4º e 5º. O primeiro descreve em 13 incisos a abrangência das atividades dos paleontólogos. Dentre elas podemos citar: exercício do magistério; direção de laboratórios; pesquisa; manejo de sítios paleontológicos; realizar perícias; prestar consultorias; elaborar pareceres, dentre outras. O art. 5º prescreve que o exercício da profissão tem como requisito a comprovação da condição de paleontólogo.

O Capítulo IV compreende os arts. 6º ao 11 e trata da responsabilidade e da autoria nas empresas privadas. Ele determina a colocação e a manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome da instituição de pesquisa, o nome do projeto e o nome do responsável pelo projeto; garante direitos de autoria ao profissional com coautoria da empresa contratada; exige que alterações sejam feitas pelo autor ou substituída por novo plano seja feito por profissional diferente em caso de recusa; determina a coautoria no caso de elaboração conjunta; assegura ao autor e à equipe o direito de acompanhar a execução de todas as etapas; e da pesquisa, de modo a garantir a sua realização de acordo com o estabelecido no projeto original aprovado.



O Capítulo V trata das disposições finais e abrange os artigos 12 a 15. O art. 12 prevê que expedições estrangeiras e expedição de material paleontológico para o exterior observem a regulamentação do Ministério da Ciência. O art. 13 dá competência à Agência Nacional de Mineração (ANM) para fiscalizar as atividades de coleta paleontológica; e o art. 14 dá competência para o Ministério da Cidadania (IPHAN) regulamentar e incentivar as atividades de pesquisa paleontológicas.

A proposição, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária, foi distribuída originariamente à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) para a análise do mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para a apreciação da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

Na Comissão de Trabalho, em 10/09/2019, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Silvio Costa Filho (REPUBLIC-PE), pela aprovação, porém não apreciado.

Tendo em vista a aprovação da Resolução nº 1, de 2023, desta Câmara dos Deputados, houve a revisão do despacho para redistribuir a matéria para a Comissão de Trabalho (CTRAB), em substituição à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, extinta com a citada Resolução.

Fomos designados para relatar a matéria em 24 de maio de 2023. O prazo para oferecimento de emendas esgotou em 07 de junho de 2023, sem novas contribuições no âmbito da CTRAB.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Concordamos com o parecer do Dep. Sílvio Costa Filho e adotamos, em parte, a sua fundamentação. A finalidade da presente proposição é a de oferecer segurança jurídica e fortalecer a profissão do



paleontólogo de importância incomparável para a preservação dos acervos nacionais.

De fato, regulamentar a profissão de paleontólogo proporcionará maior segurança jurídica ao registro de nossa história, muitas vezes desconsiderada em atividades de grandes edificações civis ou mesmo na omissão da análise desse fator nas avaliações de impacto ambiental.

Nossa Constituição Federal considera que os fósseis são parte do patrimônio da união e que constituem, conforme o art. 216, patrimônio cultural brasileiro. Isso impõe a existência de mecanismos para o acautelamento e a preservação. Conforme estatui o Decreto Lei nº 4.146, de 1942:

“Os depósitos fossilíferos são propriedade da Nação, e, como tais, a extração de espécimes fósseis depende de autorização prévia e fiscalização do Departamento Nacional da Produção Mineral (atual Agência Nacional de Mineração)”.

Qualquer extração precisa de autorização e comunicação prévia o que demonstra ser necessário parâmetros técnicos para essa atividade. Dessa forma, urge definir as atribuições dos Paleontólogos.

Cremos que a regulamentação da profissão irá colaborar na redução do tráfico de fósseis; maior padronização das técnicas de manejo e preservação das amostras fossilíferas extraídas; mitigação de impactos causados pela construção civil; maior clareza nas relações de contratação de serviços na área paleontológica.

Destaca-se, também, que a regulamentação da profissão servirá de estímulo para que mais pessoas se interessem por pesquisa e ensino de paleontologia fortalecendo a pesquisa nacional.

Na análise da proposta, resumida em nosso relatório, encontramos algumas inconsistências redacionais que demandam ajustes. Para tal finalidade, oferecemos um substitutivo à matéria.



O substitutivo tentou escoimar a proposição de vícios constitucionais decorrentes da criação de reserva de mercados em detrimento de profissões afins e melhor ponderar sobre o papel do Estado na regulamentação das atividades, evitando dispor sobre a organização do Poder Executivo.

Cremos que a aprovação da matéria é recomendável para dar melhores condições de preservação do patrimônio histórico fossilífero e para disciplinar melhor a relação dos profissionais da paleontologia com sua propriedade intelectual e com os contratantes de seus serviços.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 791, de 2019, na forma do Substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado PROF. PAULO FERNANDO
Relator



COMISSÃO DE TRABALHO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 791, DE 2019

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de paleontólogo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a regulamentação da profissão de paleontólogo e dá outras providências.

Art. 2º O exercício da profissão de paleontólogo é privativo:

I – dos pós-graduados por escolas ou cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação com dissertação de mestrado ou tese de doutorado versando sobre paleontologia e com pelo menos 2 (dois) anos consecutivos de atividades científicas próprias do campo profissional da paleontologia, devidamente comprovadas;

II – dos diplomados em outros cursos de nível superior, ou pós-graduados em áreas distintas da paleontologia que, na data de publicação desta Lei, contem com, pelo menos, 5 (cinco) anos consecutivos, ou 10 (dez) anos intercalados, no exercício de atividades científicas próprias do campo profissional da paleontologia, devidamente comprovadas;

III – dos que, na data de publicação, tenham concluído cursos de especialização em paleontologia reconhecidos pelo Ministério da Educação e contem com, pelo menos, três anos consecutivos de atividades científicas próprias do campo profissional da paleontologia, devidamente comprovadas.

Art. 3º Compete aos paleontólogos, sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais igualmente habilitados na forma da legislação específica:



I – formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da Paleontologia ou a ela ligados, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos;

II – orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do Poder Público, no âmbito de sua especialidade;

III – realizar perícias e emitir e assinar laudos técnicos e pareceres de acordo com o currículo efetivamente realizado;

IV – exercer o magistério nos cursos superiores com disciplinas afins à paleontologia;

V – dirigir e se responsabilizar por laboratórios e museus especializados em paleontologia assim como realizar curadoria em coleções científicas paleontológicas;

VI – planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar as atividades de pesquisa paleontológica;

VII – executar e supervisionar o manejo de sítios paleontológicos;

VIII – executar serviços de análise, classificação, interpretação e informação científicas de interesse da paleontologia;

IX – zelar pelo bom cumprimento da legislação que trata das atividades de paleontologia no País;

X – chefiar, supervisionar e administrar os setores de paleontologia nas Instituições Governamentais de Administração Pública direta e indireta, bem como em órgãos particulares;

XI – prestar serviços de consultoria e assessoramento na área de paleontologia;

XII – realizar perícias destinadas a apurar o valor científico e cultural de bens de interesse paleontológico, bem como sua autenticidade;



XIII – orientar, supervisionar e executar programas de formação, aperfeiçoamento e especialização de pessoas habilitadas na área de paleontologia;

XIV – orientar a realização, na área de paleontologia, de seminários, colóquios, concursos e exposições de âmbito nacional ou internacional, fazendo-se neles representar;

XV – elaborar pareceres relacionados a assuntos de interesse na área de paleontologia; e

XVI – coordenar, supervisionar e chefiar projetos e programas na área de paleontologia.

Art. 4º Para o exercício da profissão, em qualquer modalidade de relação trabalhista ou empregatícia será exigida, como condição essencial, a comprovação da condição de paleontólogo.

Art. 5º É obrigatória a colocação e a manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome da instituição de pesquisa, o nome do projeto e o nome do responsável pelo projeto enquanto durar a execução da pesquisa de campo.

Art. 6º Os direitos de autoria de plano, projeto ou programa de paleontologia são do profissional que o elaborar, com coautoria da empresa contratada.

§ 1º As alterações do plano, projeto ou programa originais só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado.

§ 2º Estando impedido ou recusando-se o autor a prestar sua colaboração profissional, com comprovada solicitação, não serão permitidas alterações ou modificações, cabendo a outro profissional a elaboração de outro plano, projeto ou programa, sob sua inteira responsabilidade.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica a projetos custeados com recursos públicos.

§ 4º Quando a concepção geral que caracteriza plano, projeto ou programa for elaborada em conjunto por profissionais legalmente



habilitados, todos serão considerados coautores, com direitos e deveres correspondentes.

§ 5º O direito de acompanhar a execução de todas as etapas da pesquisa, de modo a garantir a sua realização de acordo com o estabelecido no projeto original aprovado pertence ao autor ou coautores.

§ 6º A equipe científica tem participação plena em todas as etapas de execução e divulgação científica do projeto, plano ou programa, que será executado em conformidade com o que foi aprovado.

Art. 7º É dever da União:

I – regulamentar e fiscalizar expedição ou missão estrangeira de paleontologia e eventuais envios de material paleontológico ao exterior;

II – autorizar e fiscalizar as atividades de coleta paleontológica;
e

III - regulamentar e incentivar as atividades de pesquisa paleontológicas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado PROF. PAULO FERNANDO
Relator

